

ABR. 2023
VOL. 005

Aqui há futuro!

INSPIRA A MUDANÇA

entrevista

Diana Soller

"Estamos numa fase da transição de poder que se materializa no declínio dos Estados Unidos e na ascensão da China."



índice

4. A QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES

FERNANDO SANTOS

6. EMPRESAS, MAIS UM BODE EXPIATÓRIO DO GOVERNO

ANDRÉ MEGA FERNANDES

8. A INEPTIDÃO. A MARCA DO GOVERNO PS

VITOR CARMONA

10. EM PORTUGAL A SEGURANÇA SOCIAL É PARA (QUASE) TODOS

MARTA VIEIRA

12. ENTREVISTA

DIANA SOLLER

20. COWORKING, TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA

JOÃO MOREIRA PIRES

22. LIVROS

SÁ CARNEIRO, POR DIOGO RIBEIRO

23. PELOS CAMINHOS DE...

PARQUE DOS CISNES, MIRAFLORES

23. CARTOON - O CONDE E O MARQUÊS

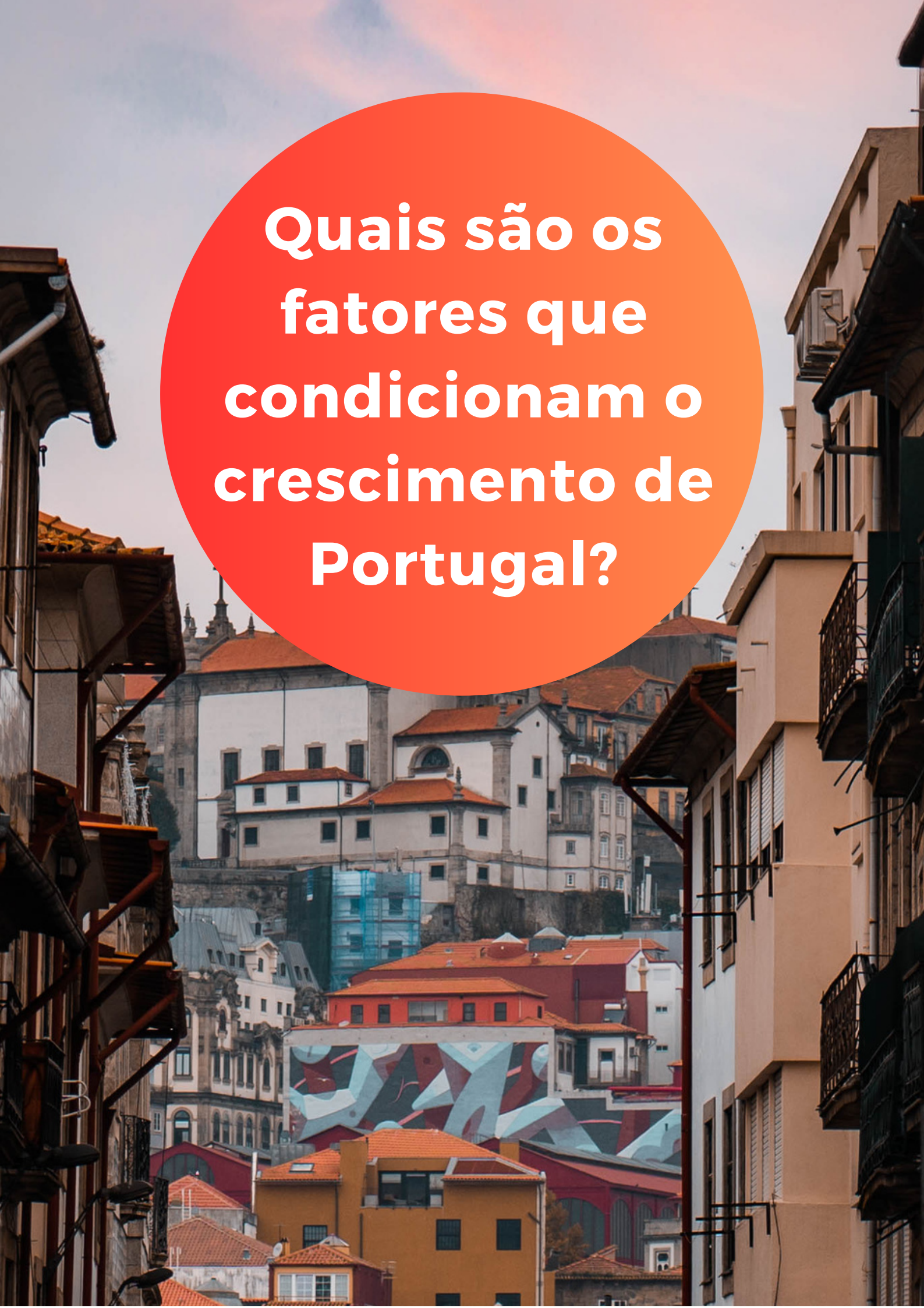
SENHOR PATINHOS

24. O URBANISMO NÃO É DE ESQUERDA, NEM DE DIREITA...

PEDRO FONSECA

"O objeto principal da política é criar a amizade entre membros da cidade."

Aristóteles

A street view of a city, likely Lisbon, Portugal, showing a mix of traditional and modern architecture. The buildings are colorful, with red roofs and white walls. A large orange circle is overlaid on the image, containing the text "Quais são os fatores que condicionam o crescimento de Portugal?".

**Quais são os
fatores que
condicionam o
crescimento de
Portugal?**

editorial

A qualidade das instituições



FERNANDO SANTOS
POLITÓLOGO

Celebramos esta semana o 49º aniversário do 25 de Abril de 1975. Este foi um momento histórico para o nosso país, não apenas por ter sido o dia em que a tirania foi derrubada e a liberdade de todo um povo conquistada, mas também porque marcou o início do processo constituinte de que viria a resultar o quadro constitucional e institucional que, grosso modo, imperam em Portugal até ao dias de hoje. Ora, um dos determinantes que condicionam o crescimento de Portugal é precisamente a qualidade das nossas instituições. Esta, a par com a qualidade da governação, são fatores muito importantes no que diz respeito ao desenvolvimento económico, cultural e social de qualquer país.

Tal como exposto por Douglass C. North (1990), as instituições são criações humanas que têm como objetivo regular e restringir a interação entre os vários agentes do Estado, mas também o de conferir um quadro de previsibilidade, estabilidade e segurança a todos os cidadãos.

Ao definirem as regras (formais ou informais) do jogo numa determinada sociedade, as instituições estruturam os incentivos dados aos agentes económicos e a forma como estes interagem entre si e com o Estado, influenciando a organização da produção e os investimentos em capital físico, humano e em tecnologia. Deste modo, as instituições afetam a capacidade dos países para inovar e implementar

novas tecnologias, o que, por sua vez, tem impacto sobre a competitividade e o desempenho económico. Por este motivo é muito importante termos instituições de qualidade.

Neste enquadramento, para além de outros fatores, a qualidade da governação e a estabilidade política apresentam uma correlação positiva com maiores taxas de crescimento económico e maior investimento em capital físico e humano.



Isto pelo simples facto de que, os empreendedores e inovadores, têm uma maior segurança em relação às políticas fiscais, económicas, de justiça, e a garantia de que as reformas necessárias serão implementadas.

Quase meio século após o 25 de Abril de 1974, seria então de esperar que as instituições públicas tivessem tido o tempo suficiente para amadurecer e se desenvolver até atingirem patamares de excelência.

Contudo, quando as comparamos com as instituições dos nossos parceiros da União Europeia e da OCDE, verificamos que tal não é o caso, e que Portugal, continua a marcar passo em vários indicadores e índices internacionais, e esta é uma das causas para o contínuo empobrecimento do país.

Um empobrecimento que não pode ser dissociado do facto de em 21 dos últimos 28 anos, o país ter sido governado pelo Partido Socialista, com especial destaque para o governo de António Costa, que com maioria absoluta e total capacidade para levar a cabo as reformas vitais para o

desenvolvimento do país, e promover uma melhoria na qualidade das instituições, fez precisamente o oposto. Já Lord Acton (John Dalberg-Acton) afirmava que “o poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente”, e tal é cada vez mais visível no dia-a-dia da vida política portuguesa. Não tanto por força dos sucessivos escândalos que têm vindo a envolver vários membros do governo, mas antes pela forma como o Partido Socialista corrompe propositadamente as instituições públicas com vista ao controlo total do aparelho do Estado e de todas as esferas da sociedade. O trade-off é ficarmos todos mais pobres. **i**



CRÉDITOS: FOTOTECA

economia

Empresas, mais um bode expiatório do governo



ANDRÉ MEGA FERNANDES
EMPRESÁRIO

Este é um governo de bodes expiatórios e passa-culpas. Inicialmente para qualquer problema a culpa era do Passos, dos reguladores, da UE, e agora é das greves, da inflação, da guerra e claro, das empresas. Para este último caso, o raciocínio dos especialistas em marketing que aconselham o governo é simples: há poucos votos nos empresários e altos quadros das empresas, pelo que estas podem ser prejudicadas à vontade em benefício dos mais variados populismos. Foi assim com a subida dos preços dos combustíveis, que era segundo Costa o resultado das enormes margens praticadas pelas gasoleiras. O mais recente exemplo é o caso do alojamento local.

Este sector, constituído por milhares de micro-empresários, é agora acusado pelo atual estado da habitação. Investiram as suas poupanças para aproveitar (e bem) o filão do turismo, baseados em expectativas que agora poderão ser goradas com as novas medidas anunciadas pelo governo.

Em 2030 as licenças poderão não ser renovadas e o retorno destes investimentos a longo prazo ficará em causa. Ficam também esquecidos todos os benefícios que o AL trouxe no passado, por exemplo, aos ex-presidentes da câmara de Lisboa, agora no governo.

Futuramente a responsabilidade será das empresas de distribuição se o preço do cabaz dos 44 produtos básicos continuar a subir apesar da eliminação do IVA. "Fizemos a nossa parte, outros terão a culpa", dirá o governo. Se efetivamente descerem, será por outras razões que lhes serão alheias, mas ficarão com louros, claro.

As empresas têm, ao longo desta governação, sido cinicamente aproveitadas para arcar com as mais diversas responsabilidades do estado, até ficarem completamente afundadas em riscos e custos escondidos que não lhes dizem respeito, causando progressivos problemas de eficiência e rentabilidade.



Sabia que cabe às rent-a-car a cobrança das portagens aos estrangeiros que passam com os seus carros nos pórticos das ex-SCUT ou na faixa da Via Verde sem o equipamento? Claro que quando a conta chega à empresa, uma semana depois do cliente ter devolvido o carro e voado para o seu país, esta fica com uma capacidade muito limitada de o obrigar ao pagamento.

Há neste momento milhões de euros em incobráveis na contabilidade destas empresas porque não há a vontade política de resolver este problema. Este é só um de muitos exemplos da desresponsabilização constante da governação.


A forma de tratar as empresas tem de mudar, uma vez que são o centro e o motor da economia, essenciais para a melhoria das condições de vida de todos.

A sua defesa é em última análise uma importante contribuição para a manutenção dos direitos e garantias dos trabalhadores e do bem-estar social. O problema não é só uma questão de impostos - que sim, são altos - mas principalmente o ambiente de desconfiança mútua, entre estado e empresas, que dificulta a prosperidade dos negócios. Nunca os empresários sabem qual é a próxima surpresa desagradável que o governo lhes reserva, disfarçada de medida progressista, retraindo-lhes a vontade de investir e arriscar em novas oportunidades. Seria fundamental criar condições para uma justiça célere, um regime fiscal estável, instituições públicas que fossem colaborantes com as entidades privadas, mas sobretudo uma cultura de valorização do empreendedorismo que reduzisse os riscos de negócio e criasse confiança no mercado.

As associações empresariais também precisam de se dar ao respeito. Se não forem elas a defender as empresas, ninguém o fará. Em Outubro passado serviram para um golpe publicitário, ao assinarem um “acordo de rendimentos e competitividade” com a UGT e o governo. Agora, no âmbito da “Agenda para o trabalho digno”, o PS aprovou na AR mais de 150 alterações à lei laboral que as associações consideram impossibilitar os objetivos do acordo, sem que sequer tenham sido ouvidas.

É preciso forçarem a revisão das condições do acordo à luz da nova realidade e que, da próxima vez, não se esqueçam de como foram usadas para não voltarem cair na esparrela.

Sei que há por aí muitos maus exemplos, aproveitados para suportar um velho discurso de esquerda incessantemente repetido, que diz que os empresários são capitalistas imorais e que só querem o lucro. Mas não se pode tomar a parte pelo todo.

Precisamos de um governo que governe com as empresas, de olhos postos no futuro do país, sem arranjar desculpas para a incompetência demonstrada nos últimos sete anos. Ou que saia e dê o lugar a outros. 



política

A ineptidão. A marca do governo PS



VÍCTOR CARMONA
MILITANTE DE BASE DO
PSD DE OEIRAS E
GESTOR DE PESSOAS

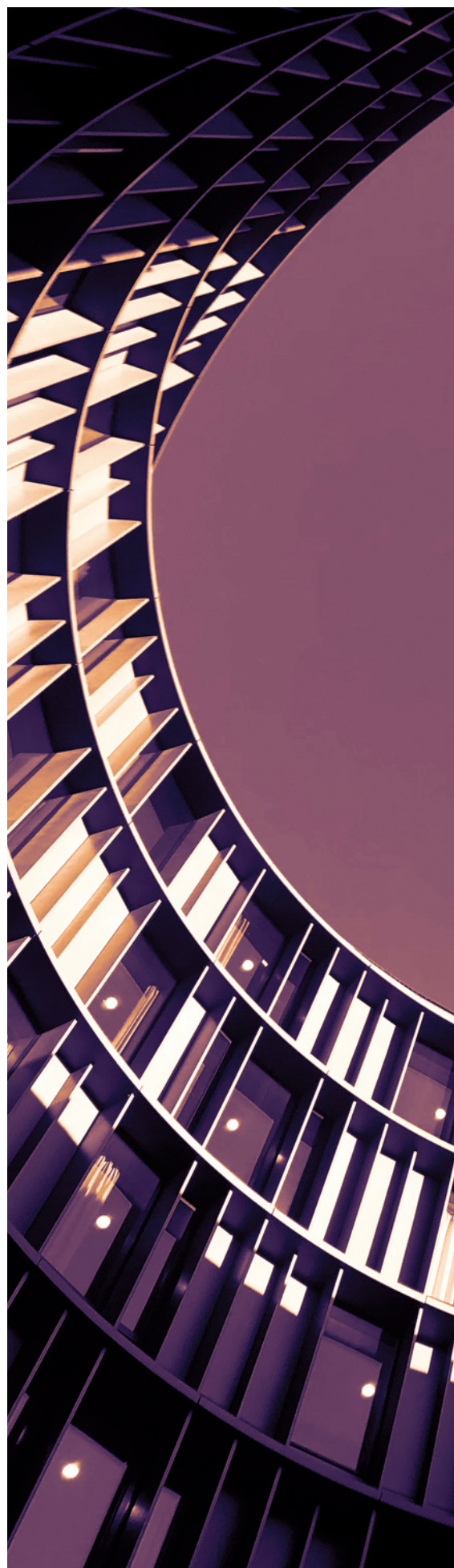
No seguimento o rol de escândalos que têm abalado a história recente da TAP, soube-se, esta semana, de mais um. O ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes, um boy produto da filial portuense da academia de governação do Largo do Rato, terá tentado forçar a alteração de um voo da transportadora aérea nacional para satisfazer Marcelo Rebelo de Sousa, sob o pretexto que “não podemos correr o risco de perder o apoio político do Presidente. Se a disposição dele muda está tudo

perdido. É o nosso maior aliado, mas pode tornar-se no nosso pior pesadelo”. Este tipo de gestão é uma marca da casa do Partido Socialista. Todas as decisões têm um denominador comum para os socialistas: agradar a quem os mantém no poder, sacrificando o futuro em prol de ganhos do momento.

O Primeiro-Ministro, com a cara de pau que lhe é reconhecida até pelos seus, terá dito a Pedro Nuno Santos que, afinal, Hugo Santos era “inepto para qualquer função executiva”. É justamente neste adjetivo “inepto” que me detenho, pois define o ADN e a marca deste governo, a ineptidão.

Tem sido esta ineptidão que tem conduzido o País ao beco onde está. Qual a razão para isso? Vejo duas: a insistência em jovens governantes saídos da JS para os mais altos cargos do Governo, sem experiência de vida e sem pensamento próprio; e o recrutamento dos restantes apenas nas universidades (quando sabemos que estão distantes do mundo real) ou no aparelho burocrático do Estado. Dos 19 membros do atual Executivo, apenas o Ministro da Economia, António Costa Silva, tem experiência no sector privado.


Esta fórmula tem sido seguida sempre pelo PS de António Costa. Quando as coisas correm

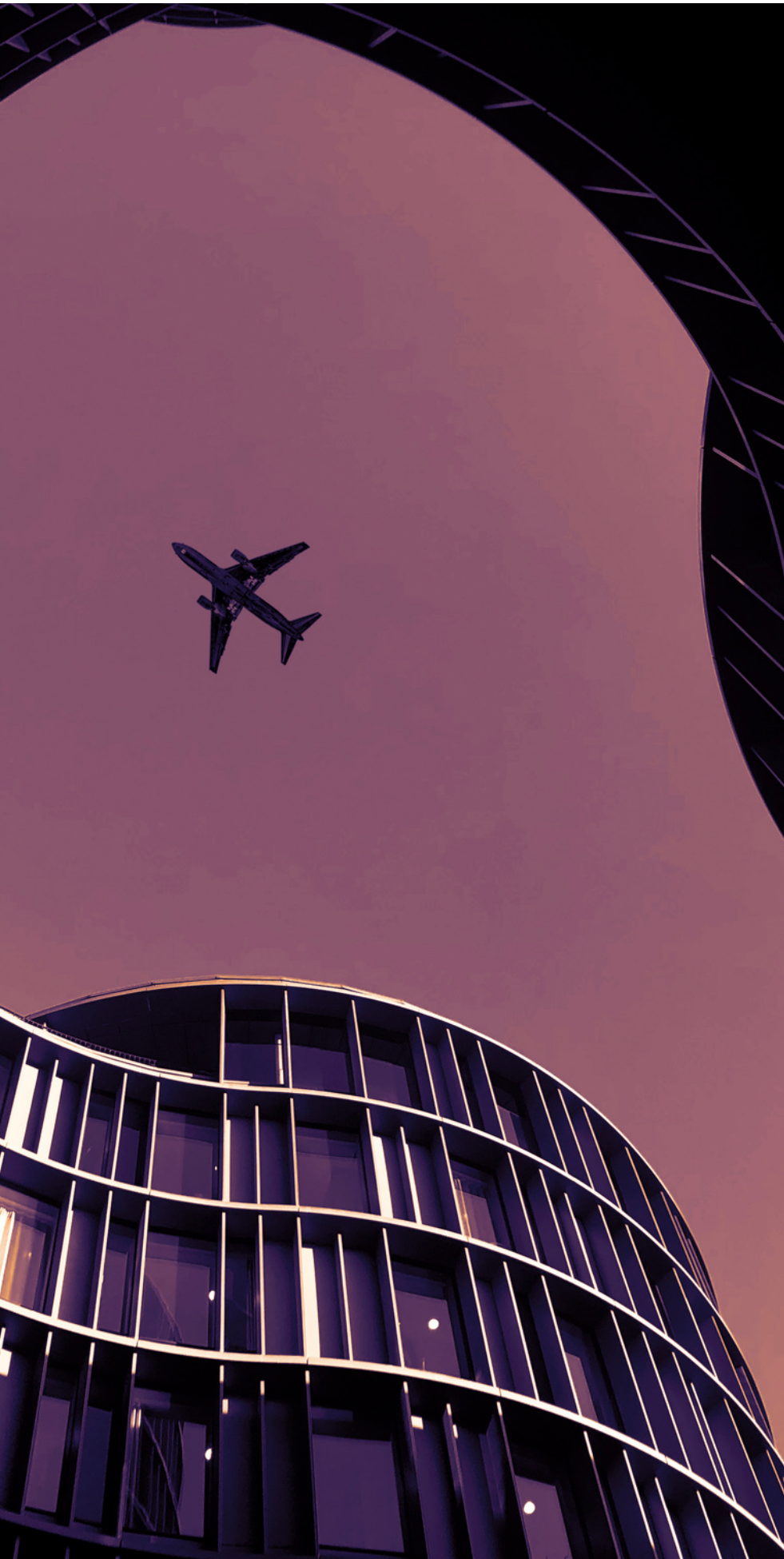


mal, como sucedeu com o Pedro Nuno Santos, tudo se resolve com a sua substituição por algo parecido, como é o caso do João Galamba. Mudam-se os nomes, mas o estilo mantém-se o mesmo e a ineptidão ou inépcia continuam.

A moderna Democracia Liberal e Social

Democrata, pela qual Sá Carneiro deu a vida, tem por base justamente a economia de mercado, a livre iniciativa privada e o liberalismo económico concorrencial. São essas as bases para criar a riqueza, a inovação e o crescimento.

O nosso querido País é, desde há, muito governado por burocratas partidários, sem alma, sem coragem e sem “mundo”, que habitam os “bunkers” dos gabinetes dos ministérios ou das direções-gerais. Apostar nestas personagens para nos governar é a receita para o fracasso enquanto nação e para o subdesenvolvimento enquanto economia. Cabe-nos a nós, sociais-democratas, lutar contra esse fado socialista antes que seja tarde de mais, se já não o é. 



política

Em Portugal a Segurança Social é para (quase) todos



MARTA VIEIRA
DOCENTE UNIVERSITÁRIA

Existe em Portugal, desde o pós-25 de abril, um Sistema de Segurança Social, assente no pressuposto da existência de um DIREITO UNIVERSAL que, como conhecemos, se não assiste a todos, não pode ser chamado de universal.

Foi com a Constituição da República Portuguesa de 1976, que o direito à segurança social veio a ser explicitamente consagrado, no seu artigo 63.º “Segurança Social e Solidariedade”. E, apesar deste artigo ter sido já

objeto de três alterações, a sua essência manteve-se, sendo a sua redação atual a seguinte:

1. Todos têm direito à segurança social.
2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários.
3. O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.
4. Todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que tiver sido prestado.
5. O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º

De facto, a Lei diz que todos os cidadãos têm direito à segurança social, mas não é assim, como recentemente vimos nas redes sociais com a morte de uma jovem advogada, recém mamã e com uma doença oncológica, que trabalhava enquanto estava internada numa cama de hospital.

E porquê? Porque os advogados, como os trabalhadores independentes, não só não tem direito à comumente chamada “baixa” como ainda têm de pagar as suas contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, vulgo CPAS. Este foi um caso, mas como este existem milhares. E se nada for feito, se nenhuma medida forem tomadas no sentido de corrigir a injustiça, o nosso país vai continuar a caminhar ao vento, mas infelizmente a duas velocidades.

A respeito destes profissionais liberais, a nova bastonária da Ordem dos Advogados, Fernanda de Almeida Pinheiro, parece querer romper com este estado de coisas ao defender propostas com um cariz mais social. Ela quer alterar as regras de contribuição para a caixa de previdência por não existir justiça contributiva, já que as contribuições não são feitas na proporção dos rendimentos. Vejamos: as sociedades de advogados têm trabalhadores,



mas não pagam qualquer contribuição de previdência pela prestação serviços de que usufruem – é assim na maioria dos casos – ao contrário do que acontece em outras profissões. Nessa medida os profissionais liberais que estão nas sociedades de advogados são trabalhadores por conta de outrem só que sem direitos, sem previdência, sem assistência social.

Ora, se a Segurança Social é o corolário e garantia da democracia formal, ela não pode nem deve defraudar os cidadãos quando dela mais necessitam. Sobretudo se o seu fim é garantir um padrão mínimo de vida e uma igualdade social e jurídica, bem como contribuir para a manutenção da ordem, paz e da coesão social.

A Segurança Social para poder ser encarada como uma


realização política tem de conseguir concretizar. A Segurança Social para poder ser encarada como uma realização política tem de conseguir concretizar plenamente os direitos de cidadania de todos (universal) tal como nos ensinam alguns dos mais ilustres constitucionalistas portugueses, Gomes Canotilho e Jorge Miranda. A contrapartida para a existência de uma democracia política é a existência de uma democracia económica e social, assente no direito à segurança social. Porque ninguém vive sem acesso à saúde, aos apoios ou às prestações sociais quando mais delas carecem. Ninguém vive sem isso, mas morre-se no nosso país por falta disso!

A Lei prevê que todos os cidadãos tenham direito à segurança social, mas alguns (muitos) ficam de fora. Porquê?


Porque existem sistemas paralelos e não se integram os regimes contributivos no sentido de redimir as discrepâncias.

E como é que o Estado tem desempenhado o seu papel, se não apoia e não fiscaliza e não é justo?

Existe um limiar mínimo pelo que todos os cidadãos devem lutar. E esse, digo eu, é o combate da modernidade que é conseguir garantir para todos o princípio da dignidade da pessoa humana e a consagração dos direitos sociais.

Viver em democracia em pleno século XXI e assistir a estas discriminações não pode ser uma realidade com a qual nos conformemos. Temos de lutar por um Sistema de Segurança Social que efetivamente chegue a todos e seja justo. 

Diana Soller

A portrait of Diana Soller, a woman with long, straight, light brown hair and blue eyes, wearing a red top. She is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a dark, solid color.

"Espera-se que a NATO se afirme como uma aliança de defesa essencial no espaço transatlântico no que concerne à ameaça russa."

DIANA SOLLER, DOUTORANDA EM ESTUDOS INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE DE MIAMI. MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA UNIVERSIDADE LUSÍADA. INVESTIGADORA NO INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI).

Com a recente guerra na Europa, começamos a conhecer melhor Diana Soller, e o seu conhecimento em matéria de política internacional é imenso. Como é que nasceu o seu interesse por estes temas?

De forma profissional um pouco por acaso. Sou licenciada em literatura e uns anos depois de trabalhar na área senti-me insatisfeita e voltei para a faculdade para fazer uma pós-graduação em relações internacionais. Não ia à procura de nada em concreto, apenas estudar um assunto novo entre os vários que me interessavam.

No entanto, muito rapidamente percebi que a política internacional não só me fascinava, como havia ali uma vocação académica que nunca imaginei que existisse. A minha primeira reação a todas estas novidades foi ler. Lia muito, com a sensação que tinha de apanhar um comboio cheio de carruagens. Queria aprender tudo – teoria das relações internacionais, que ainda hoje é a área de investigação que mais gosto, história, política, teoria política. Da pós-graduação passei para o mestrado, comecei a trabalhar como investigadora, e uns anos mais tarde, depois de muitas leituras, acabei para

viajar para os Estados Unidos para fazer o doutoramento.

Na verdade, a minha entrada no mundo da política internacional não foi pensada. Aconteceu. Tive a sorte de me ter cruzado com algumas pessoas que acharam que havia algum potencial em mim e de ter um conjunto de oportunidades para experimentar e concretizar este meu gosto e interesse que continua intacto desde o primeiro dia. E o volume de leituras também.

Carlos Gaspar, seu colega no IPRI-Nova, afirmou que “A invasão russa da Ucrânia foi uma espécie de ‘11 de Setembro’ europeu”, o momento em que os cidadãos deste extenso continente “perceberam que a guerra tinha voltado à Europa”. Concorda com esta análise?

Em grande medida sim. Mesmo para quem insistia há anos, como eu, que os estados europeus não deviam ceder à tentação do desarmamento, e que a guerra, na Europa ou noutra sítio qualquer, não estava obsoleta, a invasão da Ucrânia foi um momento definidor das nossas vidas e do nosso mundo, como o conhecíamos.

As opiniões públicas dos países europeus intuíram esta mudança de forma muito rápida e significativa. Sem grandes esforços dos governos perceberam que a sua vida ia mudar e perceberam até, intuitivamente, que para bem do nosso futuro coletivo era preciso travar a Rússia na

Ucrânia para não vivermos um mal maior.

Quanto às elites tem sido um processo de aceitação mais lento e complicado. Estava enraizada na cultura estratégica europeia esta ideia de paz perpétua, de que tinha sido superada a era dos conflitos armados, e que a Europa tinha de se preocupar essencialmente com os assuntos da paz, como a normatividade, da manutenção da paz no estrangeiro e do desenvolvimento político-social doméstico dos estados quer na Europa quer na sua vizinhança.

A mudança foi abrupta e chocante, tal como no 11 de Setembro – a comparação é muito feliz. Mas a Europa está a reagir mais lentamente nesta aprendizagem de poder. Ainda que haja progressos notáveis, há muito trabalho pela frente, quer no que diz respeito à mudança de mentalidades dos líderes, quer a militarização dos estados europeus. Apesar das evidências ainda há líderes muito reticentes em dar os passos que são efetivamente necessários para prosseguir num novo paradigma em que a segurança europeia está, de facto, ameaçada.

Veremos também de que forma o pensamento europeu, na generalidade, vai evoluir. Emmanuel Macron deu recentemente uma entrevista, publicada no Politico, que mostra que, na verdade, apesar da União entre a maioria dos estados europeus quanto à Guerra da Ucrânia, ainda há poucos consensos em relação a outras matérias fundamentais

AQUI HÁ FUTURO!

como a autonomia europeia, a relação transatlântica, a relação com a China e mesmo a relação com a Rússia. Espero que a entrevista não seja uma viragem relativamente a um certo consenso que se estava a formar entre as elites europeias. Sem ele e, na minha opinião, sem um forte laço transatlântico, será tudo muito mais difícil.

Os países europeus viveram durante décadas sob a ilusão da paz eterna, e desinvestiram sucessivamente nas políticas de defesa. Vamos a tempo de recuperar o tempo perdido? Que medidas são urgentes de adotar a nível da política de segurança e defesa comuns?

Não me parece que tenhamos escolha. Há uma palavra que parece proibida na Europa, mas que me parece a mais adequada. Agora temos um inimigo. A Rússia, na sua retórica e ação política transformou-se, por sua livre vontade, num inimigo da Europa. Não me parece que seja possível viver com o mínimo de estabilidade com um inimigo com capacidade nuclear sem termos capacidades de dissuadir a Rússia de nos atacar. Não me parece, no entanto, que o caminho seja uma política de segurança e defesa comum. Penso que não só é mais racional como mais eficaz que esse caminho se faça no seio na NATO. Em primeiro lugar, por uma razão muito simples: as capacidades europeias vão demorar a construir e o chapéu de chuva de segurança da Aliança Atlântica é, efetivamente, o que dissuade Moscovo neste momento.



Em segundo lugar, porque é altamente conveniente para a Europa tornar a NATO uma aliança defensiva imprescindível para os Estados Unidos. Washington, neste momento está empenhado na segurança europeia devido à guerra, mas também à visão ideológica da administração Biden, mas nada nos garante que este cenário se vá manter eternamente. Se a Europa for capaz de criar um pilar europeu na NATO credível, nenhum presidente norte-americano terá incentivos para descurar ou mesmo abandonar a Aliança.

Lembro que, apesar da guerra, a trave-mestra da política externa americana é a contenção da China, vista por

Washington como a única ameaça sistémica à posição norte-americana no sistema internacional. Isso não vai mudar. Daí a importância crucial que transformar o laço transatlântico num laço permanente, mesmo que os EUA o façam apenas guiados por razões de interesse nacional.

Quais são os limites às ambições de Vladimir Putin? O que quer verdadeiramente este homem que muitos líderes mundiais parecerem ter subestimado?

Há dois níveis de resposta a essa pergunta. O primeiro tem a ver com a Guerra na Ucrânia. É uma guerra existencial para o regime, no sentido de que uma derrota poderá pôr em risco não só a continuidade do presidente



controle total da sua “esfera de influência”; o expansionismo territorial; a vontade de ser reconhecida como grande potência internacional; e, em última análise, a concretização de dois ideais messiânicos: por um lado, Moscovo guardião dos verdadeiros valores europeus e incumbido da missão de liderar espiritual e politicamente a Europa em decadência moral; por outro, a Rússia como líder Euro-Asiático. Estes conceitos parecem ilusórios e ultrapassados, mas basta ler os discursos de Putin com atenção e algum contexto histórico para perceber que estas ambições são muito reais, fazem parte do excecionalismo russo, ainda que estejam muito acima das capacidades reais da Federação Russa.

Parece-me que a Guerra na Ucrânia teve efeitos perversos nestas ambições. A Rússia ainda corre o risco de sair desta guerra enfraquecida, e as suas ambições internacionais ficaram seriamente comprometidas com a sua dependência da China e os compromissos internacionais que assumiu com Pequim, que tornaram Moscovo um estado profundamente dependente da vontade chinesa.

Finalmente, parece-me que Putin foi efetivamente um líder subestimado, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Havia todos os indícios de que a Rússia era uma potência

imperialista que mais tarde ou mais cedo iria tentar elevar o seu estatuto internacional através do uso da força e da revisão de fronteiras. Atribuo esta subestimação essencialmente a dois fatores interligados: o espírito pós-Guerra Fria que fez as elites transatlânticas acreditarem verdadeiramente na integração económica (e posteriormente política) da Rússia e ao facto de a Rússia ter oferecido condições muito convenientes para a venda de petróleo e gás que permitiu uma alimentação barata da indústria europeia. A ideia de interdependência complexa – Moscovo também precisava da Europa para manter as suas maiores fontes de rendimento – fez com que os países europeus tivessem uma tolerância a Putin que provavelmente não teriam se o contexto internacional fosse outro.

Quais serão as consequências a nível da ordem internacional, caso a Rússia seja bem-sucedida na Ucrânia, e haja uma consolidação da aliança Moscovo-Pequim?

É impossível de prever o impacto. Mas é importante perceber que uma das questões que está em jogo na Guerra da Ucrânia são as fronteiras de segurança e a arquitetura de segurança da Europa. São questões de importância vital para todo o continente.

Já há uma consolidação da aliança Pequim-Moscovo. Está a acontecer desde a apresentação do Plano de Paz da China e da visita de Xi Jinping a Moscovo com a consequente assinatura

russo, como pode pôr em causa o próprio regime. Por isso, parece-me que Putin estará disposto a ir até onde for preciso para prevenir uma derrota estrondosa. Isto não quer dizer que recorra a armas nucleares. Putin é um ator racional que sabe que o recurso a esse meio transformaria de guerra ao ponto de deitar tudo a perder. Mas no que respeita ao uso de meios convencionais e à durabilidade da guerra, penso que há espaço, ainda, para muitos sacrifícios da parte da Rússia.

Outro nível são as ambições internacionais do Kremlin. Parte da razão pela qual se desencadeou esta invasão está relacionada com ambição internacional de uma Rússia assumidamente imperialista: o

AQUI HÁ FUTURO!

dos dois documentos orientadores da visão política e económica sino-russa das relações internacionais. Esta aproximação beneficia Moscovo no curto-prazo porque lhe garante o apoio indireto da China na Guerra da Ucrânia. Mas é bastante prejudicial a médio-longo prazo, uma vez que ficou claro que quem redigiu os documentos e quem impõe as regras do jogo desta relação bilateral é a China, o que deixa a Rússia numa posição subalterna e destrói o sonho euroasiático da Rússia.

A China, desde que consiga manter um certo distanciamento em relação à Guerra da Ucrânia, que não seja muito prejudicial à sua imagem de “produtor de ordem internacional” (daí, do meu ponto de vista, o anúncio do “plano de paz” antes das regras de empenhamento internacionais), sai reforçada. A sua visão do mundo é subscrita pela Rússia, que, apesar das limitações, não é um ator internacional despiciente.

De que forma é que esta aliança ajuda a China a alcançar as suas pretensões de controlo do Indo-pacífico?

Não me parece que a China tenha celebrado esta “parceria sem limites” para garantir a segurança do Indo-Pacífico. Na verdade, foi a Rússia de Putin que veio procurar na China um parceiro, numa política de paciência que dura há anos. Para Pequim esta parceria começa a fazer sentido, e a China começa a investir nela, quando quer começar a ocupar o papel de potência ordenadora;

quando começa a assumir publicamente que quer modificar a ordem internacional erguida pelos Estados Unidos. Na verdade, o interesse da China é, como Wang Yi referiu na sua recente ida a Moscovo, uma coligação para derrubar a “hegemonia americana” e para instaurar novos valores na ordem internacional.

Daí que Pequim considere que a China e a Rússia juntas são “agentes de estabilidade”. Para uma grande potência (a China) as guerras de definição de outra grande potência (a Rússia) são praticamente assuntos domésticos. O que explica a incompatibilidade de Moscovo ter invadido a Ucrânia e simultaneamente ser visto pela China como ator de estabilidade. Não faz sentido no pensamento ocidental, mas faz sentido no pensamento chinês.

Perante todas estas transformações, assim como a recente aproximação entre o Irão e a Arábia Saudita, estaremos perante um movimento de desafio e de reorganização da arquitetura de segurança internacional e nas relações entre as principais potências mundiais? Quais são as consequências deste “reordenamento” dos centros de poder a médio e longo prazo?

A resposta a esta pergunta dava um livro. A versão curtíssima é sim, estamos numa fase da transição de poder que se materializa no declínio dos Estados Unidos e

na ascensão da China. Não fazemos ideia de como vai acabar. Sabemos apenas que vamos ter anos, talvez década de tensões, incertezas e maior conflitualidade. Destas décadas turbulentas sairá uma nova ordem internacional, uma nova arquitetura de segurança.

Foi membro do Euro-Defense Portugal; membro do grupo de trabalho “A Europa como Actor Global para a Paz”. Que contributo pode dar a EU no reordenamento da arquitetura de segurança do futuro?

Já não faço parte do Euro-Defense Portugal desde 2010, quando deixei Portugal para ir estudar para os Estados Unidos.



O maior contributo que a Europa pode dar à estabilidade internacional, do meu ponto de vista, é construir forças militares (e uma indústria de defesa) capazes de dissuadir inimigos regionais. A Guerra na Ucrânia, de certa forma, é uma oportunidade ímpar para operar essa mudança. Mas o processo tem sido mais lento do que deveria e com percalços, nomeadamente relativamente à forma como os diferentes estados europeus vêm o processo de paz.

Eu diria que a melhor forma era ir fazendo. Se estivermos demasiado concentrados em debates que já deveriam estar resolvidos, perdemos a

oportunidade. E pior: ficamos à mercê da Rússia, que por muito que possa sair enfraquecida do conflito, já se percebeu que não desistirá de ser um ator internacional importante. Se lermos o Conceito de Política Externa da Federação Russa, publicado no dia 31 de março deste ano, vemos imediatamente que a Rússia olha para a Europa como um rival de facto.

Segundo o documento “a maioria dos estados europeus segue uma política relativamente à Rússia que tem por objetivo criar ameaças à segurança e soberania da Rússia”, que se reserva o direito de “defender

consistentemente os seus interesses nacionais” tendo em conta o acima descrito. Esta ameaça russa tem de ser superior às divisões europeias. É uma questão de defesa da nossa forma de vida e até, se tivermos uma visão mais pessimista, poderá vir a ser uma questão de sobrevivência.

Um ano após o início da guerra na Ucrânia, que análise podemos fazer do impacto que a mesma teve no funcionamento e nos objetivos da NATO?

O impacto mais importante e duradouro está relacionado com o facto de agora a NATO ter um inimigo comum declarado, coisa que já não acontecia desde o fim de Guerra Fria. Há evidentemente motivos de desunião, nomeadamente em dois assunto essenciais: como deve acabar a guerra – se os estados devem continuar a apoiar a Ucrânia pelo tempo que for necessário, ou pressionar a Ucrânia para se sentar à mesa das negociações – e como deve ser a relação dos membros da NATO com a China – ainda que esta esteja contemplada no Conceito Estratégico de Defesa da NATO como um “desafio” à estabilidade global, o texto é suficientemente vago para permitir diversas interpretações, que sabemos que existem.

Mas no essencial, espera-se que a NATO se afirme como uma aliança de defesa essencial no espaço transatlântico no que concerne à ameaça russa. Seria essa a lógica e uma parte importante dos membros da



AQUI HÁ FUTURO!

Aliança Atlântica gostariam de vê-la evoluir nesse sentido. Veremos se a ideia se consolida. Tem alguma oposição da Turquia e da Hungria. E recentemente percebemos que pode ter alguma oposição da França também, por motivos completamente diferentes.

É uma boa ideia continuarmos a apostar na expansão da NATO para os países da esfera de influência da antiga União Soviética?

Essa pergunta faria sentido antes da Guerra da Ucrânia, porque havia, efetivamente espaço para escolha. Agora já não me parece que haja. A NATO tem mais um membro desde a semana passada, a Finlândia e parece-me que é uma questão de tempo até à entrada da Suécia. Já lhe chamam o “alargamento Putin”.

Suponho que sua pergunta se dirige para estados como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia, que têm relações conflituosas com a Rússia. Parece-me que a guerra na Ucrânia está a evoluir no sentido do alargamento das fronteiras de segurança europeias até à fronteira russa. Se se confirmar será uma questão de tempo – ainda que possa ser muito tempo – até estes países serem admitidos na NATO.

Uma ressalva. Há um conjunto de livros publicados pouco antes e depois da Guerra que questionam o alargamento da NATO de forma séria, no sentido de considerarem que esse pode ter sido um dos fatores decisivos que levou à Guerra da Ucrânia. Ainda que esse debate seja sério e

importante no que concerne às causas, não me parece que seja o debate mais premente nos pós-guerra, pelas razões que referi acima. Ainda que a Rússia vá continuar a fazer o que puder para que a Aliança Atlântica não se estenda.

Com a invasão da Ucrânia, a Rússia violou de forma flagrante a carta da ONU. Mas esta, apesar de todas as condenações morais, demonstrou não ter qualquer capacidade de impor o respeito pelo direito internacional. A ONU sai fragilizada de todo este contexto?

Não me parece. O direito internacional é um direito que não tem expressão punitiva, logo a força da lei é muito reduzida, senão inexistente. O Conselho de Segurança quase nunca funcionou, porque se



constituiu muito pouco antes do início da Guerra Fria, e os dois lados do conflito bipolar tinham assento no Conselho.

Quando poderia ter funcionado – durante a unipolaridade americana – os Estados Unidos tornaram a ONU em geral numa grande agência de promoção da democracia e de proteção de termos da democracia americana, bastante radicalizados nos anos 1990. Para tornar as coisas mais complicadas, a administração de George W. Bush desautoriza o Conselho de Segurança quando percebe que não terá a sua autorização para invadir o Iraque.

A ONU tem demonstrado capacidades importantes nas gestões de crises transnacionais, mas no que respeita ao conflito entre estados é muito pouco eficiente. Sempre foi. Quem esperava um papel mais interveniente e decisivo da ONU neste conflito tem de ter um espírito muito idealista. A história diz-nos que o papel das Nações Unidas neste conflito é o mesmo tipo de papel que tem desempenhado ao longo da história.

A sua tese de doutoramento intitula-se “The Democratic West and the Democratic Rest: Searching for the New Liberal International Order”. Quais são os principais tópicos aí investigados? Tendo em conta as recentes movimentações nas placas tectónicas das RI, as suas conclusões ainda se mantêm atuais?

O que se estuda é o declínio dos Estados Unidos e a ascensão

da Índia e do Brasil, consideradas à época as “democracias ascendentes”. Na verdade, as conclusões centrais não só se mantêm como os últimos anos as têm comprovado. As potências regem-se mais por fatores identitários e experiências históricas do que pelo tipo de regime. De forma que a existência de uma coligação de democracias – como a que Biden está a tentar erguer – só é possível de se as regras internacionais para o comportamento democrático interno e internacional forem muito menos rígidas. É exatamente o que estamos a ver acontecer. Biden tem uma conceção de democracia muito mais flexível que os seus antecessores, não só porque o sistema internacional mudou – o sistema unipolar ficou para trás – mas porque precisa de atrair aliados que não sejam forçados a modificar as suas aceções do mundo. Por isso é que os EUA têm vindo a dizer que “ordem baseada em regras” tem no seu centro a soberania dos estados, a dignidade humana, a Carta da Nações Unidas. Há dez anos os valores eram muito mais restritivos e exigentes. Por exemplo, uma democracia digna desse nome (e de figurar na coligação ocidental) tinha de estar disposta a defender a democracia e os direitos humanos no exterior. Felizmente, essa forma mais radical de liberalismo internacionalista foi desaparecendo até restar muito pouco ou nada dela. Há autores que dizem que estes

conceitos desapareceram vítimas do seu próprio sucesso – liberalismo implica contestação do próprio liberalismo – mas a mim parece-me que desapareceram porque eram uma conceção radical do liberalismo internacionalista que não era, de todo, sustentável, como defendi na altura.

Quais são os seus sonhos e motivações? Para além de uma brilhante analista de política internacional, quais são as suas ambições a nível profissional/político?

Não sou muito de sonhos, sou mais de objetivos. Se pudesse escolher gostava de ler, escrever, pensar, ensinar e ser uma cidadã ativa e responsável até ser muito velhinha. Atualmente, trabalhar na e com a sociedade civil atrai-me mais do que a política partidária. Mas nunca se sabe se isso se manterá sempre assim. i



DIANA SOLLER E TIAGO MOREIRA DE SÁ SÃO AUTORES DO LIVRO "DONALD TRUMP - O MÉTODO NO CAOS", DOM QUIXOTE

sociedade

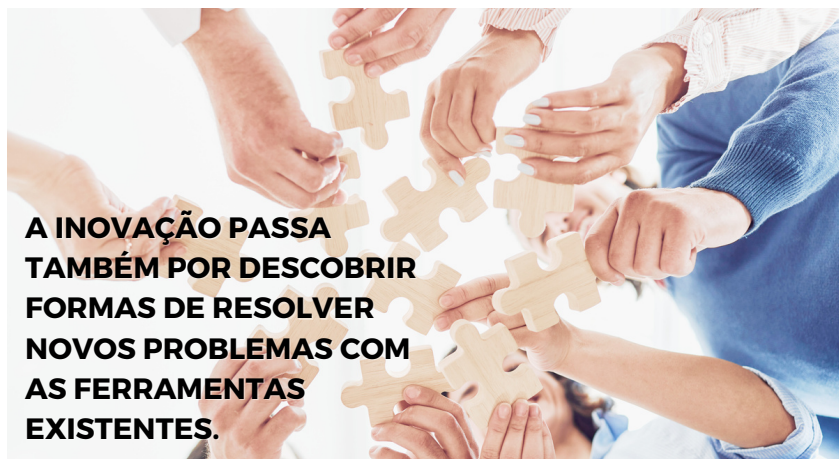
Coworking, território e qualidade de vida



JOÃO MOREIRA PIRES
GESTOR

Já não é novidade que a transição digital abre potencialidades que nem sempre a sociedade consegue explorar. Nesse aspeto, há que reconhecer que a pandemia se revelou o grande catalisador da adoção de ferramentas que permitem o trabalho remoto. Onde antes o trabalho remoto era encarado como um delírio, hoje reconhece-se a sua centralidade para a sobrevivência de muitas empresas e postos de trabalho.

As condições técnicas estavam presentes em muitos locais, embora usadas muito abaixo das suas potencialidades, e a situação sem precedentes causada pela COVID-19 obrigou-nos a olhá-las de novas perspetivas.



**A INOVAÇÃO PASSA
TAMBÉM POR DESCOBRIR
FORMAS DE RESOLVER
NOVOS PROBLEMAS COM
AS FERRAMENTAS
EXISTENTES.**

A esta mudança também não é alheia a difusão de uma cultura empresarial muito influenciada por Silicon Valley e pelo apetite e entusiasmo pelo empreendedorismo em versão startup. As gerações recém-formadas encontram, em muitos casos, um mercado de trabalho que não corresponde às suas expectativas, antiquado e, até, entrincheirado em formas de trabalhar desligadas do nosso tempo. Isto leva-os a não ter pruridos em olhar além-fronteiras em busca de ambientes e equilíbrios entre trabalho e vida pessoal que se ajustem melhor ao que já sabem que existe – e com a possibilidade de trabalhar para empresas estrangeiras, melhor remunerados, sem sair de Portugal. Como alguém disse, “o problema da qualidade é conhecê-la” e, sem acompanhar as novas formas de trabalhar, torna-se cada vez mais difícil a captação e retenção de talento.

Depois de tão grande choque cultural, o paradigma do mercado de trabalho mudou radical e definitivamente, embora o ponto de equilíbrio ainda esteja a ser afinado.

Em muitas organizações a forma como se trabalha ganhou contornos dinâmicos, mais responsabilizantes de toda a estrutura, com foco nas tarefas a desempenhar em vez do número de horas de presença. Assistimos, por exemplo, à mudança em grandes empresas, com a desocupação de edifícios de escritórios nos grandes centros urbanos em prol de abordagens flexíveis ao local e método de trabalho. Opta-se por manter apenas instalações centrais para os momentos de presença imprescindível a cada equipa, e diversificar no território as opções de local de trabalho, permitindo uma deslocação menor e maior qualidade de vida dos colaboradores. O modelo de trabalho, além de híbrido no tempo e no espaço, tornou-se dinâmico, flexível e temos uma oportunidade de ouro para que se torne cada vez mais capaz de acomodar a vida real de cada um.

Descentrar a urbe:

Um estudo publicado em Fevereiro de 2022 (Location of Coworking Spaces (CWSs) Regarding Vicinity, Land Use and Points of Interest (POIs), mostra claramente as vantagens dos espaços de


coworking quando enquadrados com os diversos pontos de interesse necessários à vida diária das pessoas – escolas, comércio, estações de redes de transportes, etc. Permitem criar novas centralidades, fixando as populações e os seus rendimentos em espaços onde antes apenas se dormia, na melhor das hipóteses. Isto vem também possibilitar a retenção e aplicação de talento em territórios onde este, quando muito, apenas residia. Daqui decorrerão toda uma série de efeitos em rede, potenciando a criação de novos negócios, vida social e competitividade destas localidades. Estas novas microcentralidades poderão tornar-se diferenciadas e apetecíveis não apenas pela sua anterior ligação aos grandes centros urbanos, mas pelo seu valor intrínseco já que a colaboração profissional passa a ser possível a partir de qualquer lugar. Isto permitirá o desenvolvimento de uma rede de comércio e serviços locais, adequada a uma população fixada e empenhada na sua comunidade.

A grande redução de movimentos pendulares também pode acarretar vantagens significativas. Obviamente em termos ambientais, por diminuição das deslocações e consequentes emissões poluentes, mas também em tempo perdido nestas, seu emprego em atividades mais relevantes para as vidas pessoais e profissionais de cada um. Outro ganho colateral poderá ser o descongestionamento de grandes cidades, e uma maior harmonização de carga na rede de transportes existente.

Para diversas empresas esta opção pode, ainda, revelar-se uma excelente forma de reter talento. Há todo o potencial para melhorar a remuneração por via da diminuição dos gastos dos colaboradores para ir trabalhar e um aumento real do seu tempo pessoal disponível. Mais ainda, as práticas de gestão terão que evoluir para uma gestão autonomizadora do colaborador, centrada em tarefas e processos em vez do tempo de presença como era prática no séc. XX.

Para as autarquias locais esta é uma ferramenta poderosa no planeamento do seu território. É possível uma abordagem holística às comunidades, por oposição à política dos bairros sociais de há umas décadas. A integração de todos os estratos sociais no mesmo território é possível e desejável, com os diversos serviços necessários nestas microcentralidades. E isso permite um contacto diário, concreto, directo e pessoal entre as diversas pessoas que compõem a comunidade. Este factor permite criar uma nova coesão social. Permite que as agremiações locais, as festividades, os clubes desportivos e outras manifestações comunitárias ressurgam com ímpeto renovado e haja população local que os corporiza. E permite, se articulado com uma política nacional eficaz, a atracção de novas populações para conselhos desertificados, revigorando o território e potenciando os seus valores únicos e diferenciados.

Esta é uma visão possível do futuro, e os espaços de coworking são uma ferramenta que nos pode ajudar a chegar lá. Está ao alcance dos decisores o seu bom uso ao serviço desta visão de um futuro melhor para mais gente, distribuída pelo território. Temos em mãos a oportunidade de criar novas centralidades com maior foco na pessoa, na sua realização e qualidade de vida de forma sustentável.

O PSD tem de assumir a liderança nesta missão. 



livros

Sá Carneiro



DIOGO RIBEIRO
DOCENTE
UNIVERSITÁRIO

Seguindo a sugestão de leitura desta coluna no número anterior da revista, debrucei-me sobre a biografia de Sá Carneiro escrita por Miguel Pinheiro, numa edição recente, comemorativa dos 15 anos da editora Esfera dos Livros (outubro de 2022).

Aquilo que a princípio pareciam ser 600 páginas que dariam uma longa leitura, passou rapidamente a uma leitura compulsiva que devorou o texto em algumas semanas.

A história começa duas gerações antes, mas este contexto inicial é importante para compreender a personalidade, o percurso, e as relações familiares de Sá Carneiro. Foram muitas as vezes que recorri à árvore

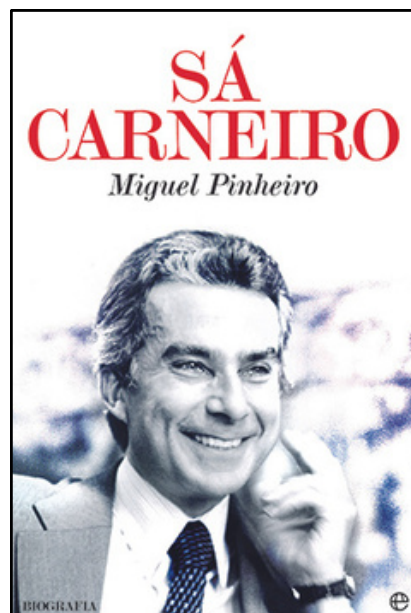
genealógica no início do livro.

Depois da juventude e da vida estudantil que são descritas em algum detalhe, Sá Carneiro progride gradualmente para uma vida política cada vez mais ativa, mas não sem alguns reveses. O seu percurso político, aliás, é relativamente conturbado, quer pelo período em que viveu, quer pelos princípios e posições dos quais nunca abdicou.

Esses são talvez os dois aspetos mais marcantes desta biografia, e podem ser ilustrados com alguns exemplos. Por um lado, o nível de conflitualidade que existia entre o primeiro-ministro Sá Carneiro e o presidente da república Ramalho Eanes; o ambiente era surpreendentemente hostil. Por outro lado, a personalidade vincada do nosso líder, e o ímpeto que tentou dar numa direção política completamente diferente assim que assumiu funções no governo.

De facto, Sá Carneiro não era uma pessoa qualquer. Era uma pessoa com características muito próprias e que, em vez de aceitar compromissos prematuramente, preferiu rasgar o seu caminho político para além do que seria expectável ou habitual, e dessa forma definiu inequivocamente a identidade e o posicionamento político do PSD.

Talvez por isso uma base alargada de militantes fervorosos nunca aceitou, à época, outro líder que não fosse Sá Carneiro, chegando mesmo



a confrontar aqueles que temporariamente assumiram a direção do partido. Isto é revelador de um ânimo político muito forte, mas também trouxe conflitos internos e dissidências.

Curiosamente, estas características são perfeitamente reconhecíveis no PSD dos dias de hoje. O partido não mudou tanto assim. Mais de quatro décadas depois do trágico desaparecimento do nosso líder, dos seus parceiros políticos, e das pessoas que ele amava, o PSD continua a ser o partido de Sá Carneiro.

Com esta biografia, Miguel Pinheiro prestou um serviço inestimável à sociedade portuguesa, ao dar a conhecer a vida pessoal e política de um dos mais arrojados primeiros-ministros de que há memória. Só nos resta esperar que a falta que Sá Carneiro nos faz possa ser compensada pela inspiração que ainda hoje é capaz de nos trazer. **i**

pelos
caminhos de...

Parque dos Cisnes, Miraflores



DEZENAS DE EDIFÍCIOS ESTÃO
ESTÃO A SER CONSTRUÍDOS
COM POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES
LICENCIADAS PELA CÂMARA
MUNICIPAL DE OEIRAS

CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

Durante o mês de março reunimos com um grupo de cidadãos de Oeiras, particularmente da zona de Miraflores, Algés, para conhecermos o mega empreendimento "Parque dos Cisnes", que está a ser edificado entre a CRIL e o Parque Urbano de Miraflores.

Pela voz de um morador de Miraflores que é arquiteto, foi possível ficarmos a conhecer uma série de potenciais irregularidades em curso nos edifícios e loteamento. Ficámos também a saber que existem várias denúncias, nomeadamente um processo de investigação em curso no Ministério Público de Oeiras.

A urbanização do Vale de Algés faz parte de um plano aprovado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo em 30 de outubro de 1985 e posteriormente publicado no Diário da República de 23 de junho de 1992. Nesta altura o presidente do município de Oeiras era já Isaltino Morais.

cartoon

O Conde e o Marquês



idades com futuro

O urbanismo não é de esquerda, nem de direita...



PEDRO FONSECA
ARQUITETO/URBANISTA



CRÉDITOS: URBAN CYCLING INSTITUTE | FACEBOOK

O urbanismo não é de esquerda, nem de direita... é das pessoas.

O urbanismo que precisamos para o futuro das nossas cidades está centrado no espaço público e tem, naturalmente na rua, o seu principal foco. Assim, as ruas dos dias que correm, devem ter uma dinâmica plástica, do tipo *pop-up*, ou seja, vão-se adaptando com facilidade a várias atividades: fechadas ao trânsito automóvel com esplanadas dedicadas a eventos gastronómicos da região ou

dedicadas a eventos culturais, com palcos onde se podem apreciar as diversas atividades recreativas da comunidade local (dança, música ou desporto). Deste modo, a comunidade local expõem os seus trabalhos e as suas artes e contribui para o fortalecimento da cultura e participação cívica. O espaço público é mais importante do que estacionamento, estacionamento... A rua é o palco de desenvolvimento da economia circular desse mesmo lugar.

As ruas vivas de gente que descrevo não precisam de grandes investimentos em mobiliário urbano ou pavimentos específicos! As ruas pedonais que idealizo, são ruas temporariamente encerradas ao trânsito, com simples sinais de trânsito ou gradeamentos.



CRÉDITOS: CIDADE DE VIENA, AUSTRIA - DUCH CYCLING EMBASSY

Mas afinal qual é a rua ou o conjunto de ruas da nossa localidade que devemos encerrar ao trânsito automóvel? ...nem que seja a um sábado de manhã! Haverá ruas ótimas para uma parada ou uma venda de limonadas feitas pelas nossas crianças! As ruas exclusivamente pedonais têm resultados positivos no comércio local, os turistas gostam de visitar e as comunidades locais saem à rua. Destas ruas pedonais, destaco a Rua Augusta - eixo central da baixa Lisboa, com mais de 30 anos. Mais recentemente, no Cais do Sodré, a "Pink Street" inaugurou um novo conceito: uma rua dedicada aos bares e ao convívio da noite. Assim, verifica-se que a rua tem a capacidade de mobilizar a população para gerar mais riqueza, não só de finanças, mas sobretudo de relações sociais da própria comunidade!

As autarquias, e em particular as juntas de freguesia, devem encarregar-se destas agendas culturais de proximidade do espaço público. Num fim de semana, uma rua do nosso bairro, pode ter artesãos vindos do interior de Portugal para um workshop de olaria. À noite, essa mesma rua, pode ter um espetáculo de dança e no dia seguinte, uma mostra social das várias instituições surge espontaneamente no mesmo local.

As marcas de comércio internacional, reconhecem o valor de uma rua cheia de gente... é que o preço por metro quadrado é medido pela quantidade de pessoas que passa à frente dessa mesma mostra. Ou seja, se passam mais de 10 pessoas por minuto, é uma loja com grande potencial! É por isso que os nossos autarcas devem dar

prioridade a uma rua cheia de gente, em vez de ruas cheias de carros parados.

O espaço público é mais do que estacionamento automóvel. É mais do que circulação rodoviária. O espaço público é na realidade o motor do desenvolvimento e da sustentabilidade urbana.

Ou seja, o desenvolvimento económico do nosso espaço urbano deve estar intimamente relacionado com as pessoas e a sua permanência na rua, de forma confortável, com deslocações curtas e de maneira a que se usufrua da cidade com a família e amigos com tempo de qualidade. **i**

